



Código: 70188 **Centro de Custo:** 01.06.00 - SEC.MUN.DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
Data: 16/03/2026 **Situação:** Não Executado
Usuário: erida.jhovana **Processo:** 399/2026
Solicitante: DELSON DE PAULA SERRACENA ARAÚJO **CPF/CNPJ:** 026.283.811-76
Tipo: Geral **Licitação:**
Finalidade: ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA; A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, PARECERES, LAUDOS, ESTUDOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS; A ANÁLISE DE PROPOSTAS TÉCNICAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS; A ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO; A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS; BEM COMO O ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO QUE DEMANDEM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA NO ANO DE 2026.

Dotação

Dotação:
Subelemento:
Fonte:

Produtos

Item	Código	Descrição	Un. medida	Situação	Valor Referência	Quantidade	Realizada	Valor Total
1	63576	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA; A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, PARECERES, LAUDOS, ESTUDOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS; A ANÁLISE DE PROPOSTAS TÉCNICAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS; A ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO; A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS; BEM COMO O ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO QUE DEMANDEM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO.	UNIDADE	Não Executado	6.585,3300	9,0000	0,0000	59.267,9700

Valor Total **59.267,9700**

Delson de Paula Serracena Araújo
Sec. Mun. de Obras
Dec. 04/2026

Totais gerais:	Valor Total	Valor Total a Realizar
	59.267,9700	59.267,9700

Delson de Paula Serracena Araújo
DELSON DE PAULA SERRACENA ARAUJO

SOLICITAÇÃO

Ao Excelentíssimo Senhor
Gilvanir Cardoso dos Reis
Prefeito Municipal
Município de São Domingos/GO

Assunto: FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA; A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, PARECERES, LAUDOS, ESTUDOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS; A ANÁLISE DE PROPOSTAS TÉCNICAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS; A ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO; A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS; BEM COMO O ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO QUE DEMANDEM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO.

Senhor Prefeito,

Com a satisfação de cumprimentá-lo, cordialmente, através deste, a Secretaria Municipal de Administração, vem à presença de Vossa Excelência, solicitar, providências para contratação de empresa especializada **PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA; A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, PARECERES, LAUDOS, ESTUDOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS; A ANÁLISE DE PROPOSTAS TÉCNICAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS; A ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO; A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS; BEM COMO O ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO QUE DEMANDEM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO**, conforme as especificações constantes Termo de Referência.

Certo de que merecermos a atenção de Vossa Excelência e esperando que sejamos atendidos com a maior brevidade possível, antecipamos votos de elevada estima e consideração.

Nestes Termos, pede deferimento.

Delson de Paula Serracena Araújo
Sec. Mun. de Obras
Dec. 04/2026

São Domingos/GO, 16 de março de 2026.


DELSON DE PAULA SERRACENA ARAÚJO
Secretário Municipal de Obras

TERMO DE REFERÊNCIA

01 - DO OBJETO:

Este Termo de Referência objetiva fundamentar a **FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O SUPORTE TÉCNICO À EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA; A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, PARECERES, LAUDOS, ESTUDOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS; A ANÁLISE DE PROPOSTAS TÉCNICAS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS; A ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO; A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS; BEM COMO O ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO QUE DEMANDEM SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO.**

ITEM	QUANTIDADE/MESES	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	09	Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para apoio à Administração Pública, compreendendo o suporte técnico à execução, acompanhamento e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia; a elaboração de relatórios, pareceres, laudos, estudos e demais documentos técnicos; a análise de propostas técnicas em processos licitatórios; a análise e aprovação de projetos de construção; a realização de avaliações de imóveis; bem como o assessoramento técnico às atividades da Secretaria Municipal de Obras e dos demais órgãos da Administração que demandem suporte técnico especializado.	R\$ 6.585,33	R\$ 59.268,97

02 - JUSTIFICATIVA:

2.1- A presente contratação de serviços de técnicos especializado em engenharia tem por finalidade atender à necessidade de execução de acompanhamento e

fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia; a elaboração de relatórios, pareceres, laudos, estudos e demais documentos técnicos; a análise de propostas técnicas em processos licitatórios; a análise e aprovação de projetos de construção; a realização de avaliações de imóveis; bem como o assessoramento técnico às atividades da Secretaria Municipal de Obras e dos demais órgãos da Administração que demandem suporte técnico especializado, visando garantir o adequado funcionamento das instalações e a preservação do patrimônio público. A realização do serviço mostra-se necessária para assegurar condições adequadas de uso, segurança e continuidade das atividades desenvolvidas no local.

2.2- Considerando que o valor estimado para a execução dos serviços encontra-se dentro do limite legal estabelecido para dispensa de licitação, a contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a adoção desse procedimento visa proporcionar maior celeridade ao atendimento da demanda administrativa.

2.3 - Ressalta-se que a contratação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado, mediante a devida pesquisa de preços. Assim, a dispensa de licitação apresenta-se como a solução mais adequada para atender ao interesse público, garantindo economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.4 - Por todo o exposto, justifica-se a elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em **serviços técnicos de engenharia**, visando assegurar a execução eficiente das ações e serviços de responsabilidade da Secretaria de Obras do Município de São Domingos/GO.

03 - DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

3.1- A contratação por dispensa de licitação está fundamentada nos pressupostos do art. 75, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e conforme consta do **Decreto Federal Nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025**, que atualizou os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo o presente procedimento para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos.)**, no caso de outros serviços e compras.

04 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1- Os bens a serem adquiridos na presente dispensa de licitação enquadram-se na definição de BENS comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

05 - ESTIMATIVA DE PREÇOS E VALORES REFERENCIAIS.

5.1- O custo estimado total da presente aquisição é de **R\$ 59.268,97 (cinquenta e nove mil duzentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).**



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

5.2- O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas.

5.3 - A licitante deverá apresentar preços iguais ou inferiores aos valores médios estabelecidos pela Administração. Em nenhuma hipótese será admitido valores dos itens superiores à média estabelecida.

5.4 - Os preços serão fixos e irrevogáveis até a data da entrega do objeto licitado, salvo quando ocorrer reajuste autorizado pelos órgãos governamentais competentes.

06 - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, conforme art. 141 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Órgão Responsável pela contratação e da competente liquidação de despesa, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - Prestação de serviços;

IV - Realização de obras.

6.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online aos sítios eletrônicos oficiais, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.5 – Se o serviço for prestado conforme especificações e quantidades totais estabelecidas na ordem de serviço, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

7 - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

7.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis até a data final do contrato.

7.2 - Os preços excepcionalmente poderão ainda ser revistos, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme alínea “d” inciso II, art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

7.3 – O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será realizado em até 15 (quinze) dias após apresentação do pedido devidamente justificado e munido dos documentos necessários a embasar o seu deferimento.



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

7.4 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será realizado em até 15 (quinze) dias após apresentação do pedido devidamente justificado e munido dos documentos necessários a embasar o seu deferimento.

7.5 - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 191, da Lei nº 14.133/2021.

8 - DO PRAZO CONTRATUAL

8.1 - O prazo de vigência do contrato será da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado a critério da Administração, conforme a Lei nº 14.133, de 2021.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante obriga-se a:

9.2 - Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.5- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.6- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e da proposta;

9.7- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada obriga-se a:

10.2- Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações neste termo de referência.

10.3- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

10.4- O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (dias), o produto com avarias ou defeitos;

10.5- Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.6- Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.7- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;

10.8 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.9- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.10- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1- Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas observados.

11.2- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - O Contrato celebrado será automaticamente rescindido pelo não cumprimento de qualquer de suas cláusulas. A parte que der causa ao rompimento, sem justo motivo, do

contrato, indenizará a outra na quantia equivalente a 2% (dois por cento) do seu valor global independentemente do valor já pago a outra parte.

12.2 - A Administração poderá ainda rescindir o contrato, em caso de situações em que tome impossível a sua continuidade, tais como: a insuficiência de recursos financeiros;

12.4 - Aplicam-se ainda os motivos de rescisão previstos nos art. 137, 138 e 139, Lei nº 14.133, de 2021;

12.5 - A critério do Contratante caberá rescisão do Contrato, por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, conforme inciso I, art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6 - A rescisão poderá ocorrer consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, conforme inciso II, art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7 - Poderá ainda ser rescindido por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial, conforme inciso III, art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

13.1.1 - Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.3 - Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

13.1.4 - Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

13.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.6 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

13.2.2 - Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

13.2.3 - Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrava no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 - As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ava da Município e cobrados judicialmente.

13.6.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

13.7 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

13.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 - DAS OMISSÕES

14.1 - Os casos omissos no futuro serão decididos, conforme o caso, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, especialmente do Código Civil Brasileiro, da Lei nº 14.133, de 2021, as resoluções normativas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, bem assim as leis municipais.

15 - DO FORO

15.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da interpretação e/ou aplicação do presente contrato, as partes, elegem o foro da Comarca de São Domingos/GO, Goiás, renunciando outro por mais privilegiado que seja.

16 – DA ELABORAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1 - A elaboração do Termo de Referência, bem como estimativa de preços foi realizado pelo responsável que esta subscreve.

Delson de Paula Serracena Araújo
Sec. Mun. de Obras
Dec. 04/2026

São Domingos/GO, 16 de março de 2026.


DELSON DE PAULA SERRACENA ARAÚJO
Secretário Municipal de Obras